



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Dinâmicas populacionais, geração e envelhecimento [AT]

ACESSIBILIDADES, MOBILIDADES E SOCIABILIDADES: A(S) VELHICE(S) SOB O PRISMA DO(S) TERRITÓRIOS(S)

VEIGA, Marcia Regina Medeiros

Doutoranda em Estudos Contemporâneos, Universidade de Coimbra, rosario.mauritti@iscte.pt

CORDEIRO, António Manuel Rochette

Doutor em Geografia, Universidade de Coimbra, rochettecordeiro@fl.uc.pt

FERREIRA, Sónia Cristina Mairos

Doutora em Educação, Universidade de Coimbra, rochettecordeiro@fl.uc.pt

SIQUEIRA, Monalisa Dias de

Doutora em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Maria/RS/Brasil, monalisadias@gmail.com

Resumo

Propomos uma reflexão sobre as experiências de velhice a partir de uma contextualização territorial. Consideramos território um espaço relacional geográfico/histórico/social/cultural/afetivo/político/económico; palco e ator das dinâmicas sociais. Escolhemos dois territórios da cidade de Coimbra: o casco histórico, conhecido como “Alta”, e o “Botão”, distante cerca de vinte minutos do centro urbano, mas com características próximas do rural. Assim, em um plano metodológico e conceptual interdisciplinar, baseado em dados estatísticos e demográficos recolhidos do INE, observações analítico-descritivas e entrevistas semiestruturadas com idosos/as dos dois territórios, pudemos perceber similaridades e diferenças entre ambos e elaborar algumas considerações sobre as lógicas estabelecidas entre as categorias velhices e territórios a partir de três eixos: acessibilidades, mobilidades e sociabilidades. Concluímos que as sociabilidades dos/as idosos/as são definidoras para uma qualidade de vida satisfatória na(s) velhice(s). Quanto mais profundas, horizontais, responsáveis e respeitadas, melhores e mais legítimas serão as trocas sociais. Os territórios são essenciais na construção e no estabelecimento destas sociabilidades. As acessibilidades territoriais, possibilitando maiores proximidades e convívios sociais, melhores mobilidades e maior autonomia, especialmente aos/as idosos/as, podem potencializar e positivar as relações, qualificando e (re)significando as experiências na velhice.

Abstract

This paper offers some ideas on old age experiences from a territory perspective. We believe that a territory is a geographical/historical/social/cultural/emotional/political/economic relational space, and is both the place and agent of social changes. We have chosen two territories in the city of Coimbra: the historical area, known as “Alta”, and “Botão”, about twenty minutes from the city centre, but with characteristics very similar to those of the countryside. We have used an interdisciplinary and conceptual methodology based on statistical and demographical data collected from INE, analytical-descriptive observations and semi-structured interviews with elderly from both territories to understand the similarities and differences between both and draw some considerations about the logics found between the categories of old ages and territories along three axis: accessibilities, mobilities and sociabilities. We have concluded that the sociabilities of the elderly are defining factors in a satisfactory quality of life in old age(s). The more profound, horizontal, responsible and respectful the social exchanges, the better and more legitimate they will be. Territories are essential in building and establishing these sociabilities. Territorial accessibilities that enable greater closeness and social mingling, better mobilities and more autonomy, especially for the elderly, can enhance relations and make them more positive, characterizing and giving new meaning to experiences in old age.

Palavras-chave: velhices; territórios; acessibilidades; mobilidades; sociabilidades

Keywords: old ages; territories; accessibilities; mobilities; sociabilities

[COM0591]

1. Introdução

Analisar as relações estabelecidas entre os sujeitos idosos e os territórios onde vivem e constroem seus laços sociais e afetivos, seus referenciais e suas identidades é o objetivo prioritário de uma investigação doutoral que está sendo desenvolvida no concelho de Coimbra, envolvendo quatro diferentes tipologias territoriais da cidade, duas com características urbanas; duas com características rurais¹. Para esta comunicação, escolhemos dois destes territórios: a centralidade histórica conhecida como “Alta”, como um espaço eminentemente urbano; e a zona do “Botão”, que, não obstante os fáceis acessos ao centro da cidade, pode ser considerada um território rural. Em síntese, nosso intento, aqui, é refletir sobre as experiências de velhice a partir da contextualização de cada um dos territórios, filtrando nosso olhar através de três eixos específicos: as acessibilidades destes territórios e as mobilidades e as sociabilidades de seus sujeitos, especialmente das pessoas idosas.

Metodológica e conceptualmente, lançamos mão de um plano interdisciplinar, onde as várias disciplinas das ciências humanas e sociais buscam, através de um diálogo horizontal e reflexivo, responder às questões que vão-se impondo ao longo da investigação. Assim, as reflexões e discussões aqui propostas, além de serem alimentadas por um referencial teórico interdisciplinar de matriz não-positivista, dentro de um paradigma interpretativo/compreensivo, embasam-se em material recolhido ao longo de observações analítico-descritivas dos territórios, consultas à Base Geográfica de Referência da Informação, do Instituto Nacional de Estatística – BGRI/INE, onde nos detivemos aos dados do último recenseamento realizado no país, com data de 2011, e, ainda, a entrevistas semiestruturadas, analisadas em profundidade, realizadas com idosos e idosas dos territórios em questão.

Buscando sintetizar e sistematizar as discussões, organizamos este texto em seções que dão seguimento a esta introdução, que são: *Velhices e territórios*, onde trazemos uma reflexão teórica sobre velhices e territórios; *Os territórios da “Alta” e do “Botão”: Acessibilidades, mobilidades e sociabilidades*, com um breve enquadramento dos dois territórios deste estudo a partir dos eixos condutores de nossos olhares; *Algumas vozes*, onde apresentamos os participantes da pesquisa; e, por último, as *Considerações sumárias*, que, embora não sejam de todo conclusivas, finalizam esta comunicação, apontando alguns possíveis caminhos e oferecendo espaço para novos debates.

2. Velhices e territórios

Iniciamos, então, nossa reflexão, com a apresentação dos dois sujeitos desta investigação: as pessoas idosas e os territórios.

Embora reconheçamos a idade como uma variável frágil e limitada, que não deve ser tomada isoladamente, nem tampouco ser interpretada, por si só, como determinante do que seja(m) a(s) velhice(s) e os seus sujeitos, optamos por adotar o critério etário no recorte para a recolha de dados e na seleção dos/as participantes da pesquisa em razão de sua institucionalização como um dos elementos organizadores da vida social e de seu peso na construção de imaginários e representações sociais sobre a(s) velhice(s). Assim, os/as participantes deste estudo são homens e mulheres com idades iguais ou superiores aos 65 anos, moradores/as dos territórios tomados como os outros sujeitos desta investigação. Temos em consideração que a categorização de pessoas, por vezes, pode revelar-se problemática, principalmente quando os sujeitos não se identificam com a categoria na qual foram classificados. No contexto académico, entretanto, as categorizações são, muitas vezes, necessárias, sendo utilizadas como parâmetros para reflexões e proposições sobre determinada situação ou problema social. As categorias, dessa forma, são construções, “invenções” sociais que refletem o contexto em que foram construídas, as representações que a sociedade tem de si própria, bem como os interesses e determinações aos quais espera que tais categorias atendam (Geertz, 2008). Nesse sentido, é interessante perceber os caminhos percorridos na “invenção” da categoria velhice.

Sabe-se que o reconhecimento da velhice enquanto uma categoria social é relativamente recente. Até o início do século XX, os sujeitos velhos não tinham qualquer estatuto social, sendo associados aos mendigos, aos

doentes, aos incapazes e aos vagabundos. A ascensão de uma condição de invisibilidade a uma identificação social deu-se, basicamente, em razão de três fatores que vão além do mero – mas não desconsiderável – fenómeno do aumento da expectativa de vida em grande parte do mundo: a instituição das reformas como um direito universal; a organização – principalmente por homens – de movimentos políticos e de sindicatos de reformados; e, por último, a organização – marcada pelo movimento feminino – de associações artísticas, culturais e recreativas para o que se chamou de “terceira idade²” (Fernandes, 1997; Debert, 1997; 1999; 2004; Simões, 2007; Freitas Silva, 2008; Felipe; Sousa, 2014).

Se, por um lado, este processo de visibilidade trouxe alguns ganhos para a população idosa, por outro, algumas perdas foram evidenciadas. Uma delas refere-se à responsabilização individual pelo processo de envelhecimento, referida por Debert (2004, p. 229) como “reprivatização do envelhecimento”, no qual as pessoas que envelhecem no isolamento e/ou na doença são culpabilizadas pela própria situação, descomprometendo, assim, a coletividade e a esfera pública de qualquer responsabilidade nesse processo. Outro problema que pode ser apontado é a hipervisibilidade das pessoas idosas enquanto encargos sociais que, supostamente, afetariam uma sustentabilidade social forjada, unicamente, por uma lógica política e económica excludente. Igualmente relevante é pensarmos na homogeneização à qual as pessoas idosas estão sujeitas, enquanto membros de uma categoria que tende a ignorar e/ou mascarar as multiplicidades que cada sujeito, com trajetórias e expectativas diversas, comporta (Featherstone; Hepworth, 1990; Paúl, 2005). “A construção de uma categoria social constituída pelas pessoas idosas [...] induz, de forma não consciente, a uma representação dos idosos como categoria de indivíduos à parte, que transpuseram como que uma barreira e ficaram desligados das sociabilidades construídas ao longo de uma vida, começando pelas sociabilidades familiares” (Fernandes, 1997, p. 170). A padronização de respostas e políticas sociais às pessoas idosas é um reflexo especialmente prejudicial desse fenómeno, pois desconsidera e desrespeita as necessidades, anseios e capacidades individuais, excluindo muitos sujeitos de sua esfera de atuação.

Linha semelhante segue a questão territorial. Longe de se constituírem meros espaços geográficos, os territórios, tal como as velhices e seus sujeitos, são pluridimensionais e relacionais por excelência. Dessa forma, os territórios são, ao mesmo tempo, espaços sociais, culturais, políticos, económicos, históricos, afetivos, além de, obviamente, geográficos, que envolvem uma gama de representações e de relações, inclusiva e marcadamente, relações de poder (Haesbaert, 2004; Saquet, 2009; Souza, 2009). Estas relações de poder dão-se nos mais variados níveis e esferas, desde as relações, negociações e confrontamentos quotidianos (Koga, 2003), até níveis institucionais e políticos relacionados a poderes e lideranças locais, regionais, nacionais e mundiais, em uma constante dialética entre o público e o privado e entre o local e o global. Assim, estudar um determinado território, na tentativa de conhecer suas dinâmicas, relações e lógicas, suas necessidades e potencialidades, requer, necessariamente, um esforço interdisciplinar. Por outras palavras, um território só pode ser minimamente desvendado se levarmos em conta os movimentos geográficos, históricos, sociais, culturais e económicos – bem como os significados e representações construídos/as sobre estes movimentos – que estão na base de sua formação e de sua constituição. Isso implica reconhecermos a centralidade humana na composição dos territórios, pois estes só podem ser assim chamados por se tratar de uma mediação entre natureza e cultura (Saquet, 2009), sendo diferentes, dessa forma, de espaço geográfico ou de paisagem, mas, ao mesmo tempo, envolvendo em si também os elementos geoespaciais e paisagísticos.

Tal como as pessoas idosas, os territórios diferem em muitos aspetos uns dos outros. As comparações entre uns e outros somente serão possíveis e frutíferas se tivermos em consideração tais diferenças, rejeitando, porém, *a priori*, as desigualdades que possam existir entre si, sem, no entanto, ignorá-las. Tomando-se este cuidado, as práticas e experiências de um determinado território podem servir de referências inspiradoras para outro, desde que estas venham ao encontro dos interesses, expectativas e aspirações da comunidade em questão.

Seguindo essas premissas, passamos, a seguir, a uma breve contextualização e caracterização dos dois territórios trazidos para esta reflexão.

3. Os territórios da “Alta” e do “Botão”: Acessibilidades, Mobilidades e Sociabilidades

Conforme já indicamos, os dois territórios trazidos para esta reflexão localizam-se no concelho de Coimbra, um podendo ser classificado como urbano – no caso da “Alta” –, e o outro como rural – o “Botão”³.

Coimbra, capital do distrito homónimo, é o maior concelho do chamado policentrismo da Região Centro de Portugal, podendo ser considerada uma cidade de proporções médias, com uma população, de acordo com os censos 2011, do Instituto Nacional de Estatística – INE, em torno dos 143 mil habitantes.

Como uma das representantes das chamadas “cidades de colina”, expressão “de aceção luso-brasileira associada à tradição urbanística de se escolherem sítios elevados para a fundação das urbes” (Lobo e Simões Júnior, 2012: 17), a ocupação de Coimbra teve seu início justamente na “Alta”.

Tendo na própria designação – “Alta”, ou “Almedina”, na versão moçárabe – a indicação de sua localização, o topo da colina, este território, que ocupa o centro da cidade, abrigou, primeiramente, os aristocratas, os clérigos e, mais tarde, os estudantes, com a instalação da Universidade de Coimbra, a primeira universidade portuguesa⁴; uma das primeiras do mundo. A “Baixa”, em oposição, era ocupada por artesãos, comerciantes e população plebeia, o que garantia uma efervescência e um movimento bastante distintos da vida nobre, religiosa e académica da “Alta”.

No transcurso de sua longa história, com as primeiras ocupações humanas estimadas ainda no Neolítico (Nunes, 1998), a “Alta” passou por vários períodos históricos, que acarretaram em transformações significativas na configuração do espaço (Veiga e Santos, 2012). Hoje, a “Alta”, reconhecida⁵ como um dos Patrimónios da Humanidade, é ocupada, em grande parte, pelos prédios centrais da Universidade. A maioria do edificado destinado à moradia é muito envelhecida, cerca de 45% tendo sido construído antes de 1919 (INE, Censos 2011). Sua população resume-se, basicamente, às pessoas idosas (quase 32% do total dos habitantes deste território) e aos/às jovens estudantes da Universidade, que, normalmente, residem em alojamentos universitários coletivos (como as chamadas “Repúblicas” ou as Residências Universitárias) ou em quartos/apartamentos alugados durante o período de frequência à Universidade, sendo uma população volátil. Em contrapartida, parte significativa da população idosa vive há muitos anos na “Alta” – além de grande parte, ao contrário de seus/suas vizinhos/as estudantes, viver só e, ainda, em casas alugadas (cerca de 65% das residências da “Alta” são alugadas). Em razão da antiguidade dos contratos, os valores pagos pelos aluguéis tendem a ser muito baixos. Sua condição financeira é, geralmente, precária, a maioria recebendo rendimentos mínimos. Esta situação acaba por inviabilizar a manutenção adequada dos prédios, tanto pelos inquilinos, quanto pelos seus proprietários, resultando em casas com baixa qualidade habitacional, além de, na maioria das vezes, inadequadas aos padrões de acessibilidade atuais. Esta inadequação também diz respeito às vias da “Alta”, formadas por ruelas, escadas e becos estreitos e íngremes, quase todos calçados com seixos rolados – uma pedra roliça e lisa, muito escorregadia, principalmente em dias chuvosos – assentados de forma irregular, o que torna o tráfego pedonal um arriscado desafio, principalmente às pessoas com mobilidade condicionada ou reduzida. São poucos os espaços públicos da “Alta”, muitos deles ocupados mais pelos/as turistas do que por seus próprios habitantes. Há duas grandes igrejas – a Sé Velha e a Sé Nova. O acesso a estas instituições religiosas, entretanto, nem sempre é fácil, pois ambas estão localizadas em pontos altos do território, sendo necessário, conforme o trajeto adotado, a subida e a descida de escadarias ou de vias muito declivosas. Na localidade há um Centro de Dia, uma Instituição Particular de Solidariedade Social – IPSS – que também oferece Serviços de Apoio Domiciliário a parte da população idosa local, serviços também oferecidos pelo Centro Paroquial da Sé Velha. Com a instalação dos prédios principais da Universidade no espaço da “Alta”, muitos comércios e serviços (como farmácias, mercados, serviços de saúde) se evadiram para outras localidades da cidade, deixando os/as moradores/as da “Alta” descobertos destes atendimentos.

Em termos de acessibilidades e mobilidades o território da “Alta” deixa muito a desejar, o mesmo acontecendo em relação às sociabilidades, principalmente das pessoas idosas. Como já mencionamos, grande parte desta população específica vive só. A rede vicinal é muitas vezes débil, pois a vizinhança é constituída ou de pessoas

idosas, que enfrentam dificuldades semelhantes, ou de jovens estudantes que, embora muitas vezes convivam de forma harmoniosa e até prestativa com os sujeitos idosos, são uma população muito flutuante, o que dificulta o estabelecimento de laços mais resistentes e estreitos entre as duas populações. As condições das habitações – com escadarias e falta de elevadores – constituem-se obstáculos à mobilidade das pessoas idosas, muitas ficando isoladas e dependendo de auxílio de voluntários ou de IPSS para a prestação de serviços e cuidados básicos, como o preparo de refeições e a higiene doméstica e até pessoal.

O “Botão”, por sua vez, é um território rural localizado a aproximadamente 18km do centro de Coimbra. Sua história remonta a um tempo distante, pelo menos, ao século XIV, quando, em 1357, Dom Pedro I, de Portugal, confirmou o estatuto de concelho a este território, estatuto também confirmado, em 1428, por Dom João I e, em 1452, por Dom Afonso V. Estas confirmações objetivavam a fixação de habitantes nas regiões rurais do país. Como o “Botão” era uma região promissora, com terras férteis ao cultivo e próxima a Coimbra, antiga capital do reino, a oferta era bastante atraente⁶.

O topónimo “Botão” é atribuído a uma suposta origem francesa – *bouton* – significando “broto”, “rebento”, provavelmente em alusão à fertilidade de suas terras. Ainda hoje, a produção de milho, azeitona e, principalmente, de uva, que abastece a indústria vinícola da Bairrada, é um forte esteio económico para a região, que ainda é considerada uma zona cimenteira com a instalação, nos anos de 1970, em Souselas, de um centro de produção da fábrica de cimentos Cimpor.

O “Botão” pode ser caracterizado como um território calmo, com fáceis acessos ao centro da cidade – através de três linhas diárias de autocarros, de comboio – com paragem em Souselas, distante cerca de 3,5km – ou automóvel. É formado por uma via principal, asfaltada, que dá acesso a outras localidades, com Larçã e Lorvão, por exemplo, e por vias secundárias estreitas, quase sempre asfaltadas, mas por vezes calçadas com pedras desregulares. A via principal, embora seja menos estreita que as demais, ainda assim não é muito larga. Sendo de mão dupla, requer certos cuidados, principalmente por não possuir calçadas para pedestres. Mais para o interior do território é possível encontrar estradas com características rurais marcantes, como a estrada de terra que dá acesso ao Balneário Fluvial do Botão, uma zona turística, muito frequentada pelos/as moradores/as da localidade e dos arredores.

A Rua Frei Francisco Macedo, principal via do “Botão”, comporta os principais equipamentos públicos do território, tais como a Junta de Freguesia, a Igreja, o Cemitério e o Centro Social – que funciona, também, como Centro de Dia. Grande parte das habitações – quase 60%, segundo dados da BGRI/INE 2011 – foi construída entre 1961 a 1990. As casas são simples, geralmente de dois andares, onde o rés-do-chão, outrora destinado à recolha do gado, é muitas vezes ocupado como garagem ou depósito.

De acordo com dados recolhidos na BGRI/INE 2011, das 219 pessoas residentes no “Botão”, 56 (quase 26%) têm 65 ou mais anos, sendo que a população infantil da localidade – dos zero aos 14 anos – é de apenas 17 crianças (menos de 8% da população total). Estes dados refletem a atual organização do território, que teve sua única escola desativada recentemente e cujo Centro de Dia, localizado no centro do território, é referência para a comunidade não só no atendimento à população idosa, mas também na promoção de encontros intergeracionais de cunho social, cultural e recreativo.

Embora as vias do “Botão” não possam ser consideradas acessíveis aos pedestres, já que não existem calçadas pedonais em nenhuma rua deste território, a maior coesão entre os membros da comunidade, a maioria vivendo já há muito tempo em habitações de sua propriedade (quase 91% das residências do “Botão” é habitada pelos/as seus/suas proprietários/as), e a estrutura um pouco mais alargada das famílias – onde coabitam, se não na mesma casa, no mesmo quintal ou em uma casa vizinha, filhos, pais e avós – parece garantir uma maior qualidade, em termos de sociabilidade.

A seguir, faremos uma breve descrição metodológica de nossa investigação, apresentando as pessoas que participaram da pesquisa.

4. Algumas vozes

Para a realização desta pesquisa, recorreremos aos seguintes procedimentos metodológicos: (i) observações, descrições e análises dos dois territórios; (ii) consulta às bases de informações estatísticas, nomeadamente à Base Geográfica de Referenciação da Informação do Instituto Nacional de Estatística, com dados referentes aos censos 2011 – BGRI/INE 2011; (iii) entrevistas semiestruturadas com homens e mulheres com 65 ou mais anos, moradores nos dois territórios em questão. É importante frisar que a participação destas pessoas se deu de forma voluntária e esclarecida, tendo suas identidades sido preservadas. As entrevistas foram realizadas a partir de um guião, sem, no entanto, se restringirem a ele, dando oportunidade para que os/as participantes pudessem se expressar mais aberta e informalmente, dentro de um clima de respeito e confiança. A duração média das entrevistas foi de uma hora. Para a inserção em campo e o acesso aos/às possíveis participantes, recorreremos ao auxílio de instituições – como Centros de Dia – e de pessoas influentes nos territórios, como assistentes sociais, por exemplo.

Ao todo, foram entrevistadas 22 pessoas – 12 pertencentes ao território da “Alta” e 10 pertencentes ao território do “Botão”. A tabela a seguir mostra, de forma panorâmica, um perfil dos/as participantes:

<i>Território</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Total</i>	<i>Idades</i>	<i>Média das idades</i>
“ALTA”	01	11	12	69 a 92 anos	84,25 anos
“BOTÃO”	04	06	10	76 a 93 anos	83,7 anos
TOTAL	05	17	22	-----	84 anos

Tabela 1 – Perfil geral dos/as participantes da pesquisa.

Das 12 pessoas entrevistadas na “Alta”, nove vivem sós, sendo que quatro nunca tiveram filhos/as – uma das participantes teve dois filhos, ambos já falecidos. Em média, residem há 53,58 anos neste território. Duas mulheres não possuem qualquer nível de escolaridade; uma mulher e o único homem frequentaram o liceu; cinco mulheres concluíram a 4ª classe; duas, a 3ª e uma a 6ª. Metade dos/as participantes – seis mulheres – são viúvas; três são solteiras; duas são casadas e o único homem participante é divorciado. Todas as pessoas que participaram da pesquisa, moradoras da “Alta”, exerceram, no passado, uma atividade profissional. Hoje, todas estas pessoas estão aposentadas, recebendo uma reforma. A Tabela 2 mostra, de forma mais detalhada, o perfil dos/as participantes moradores da “Alta”:

<i>P</i>	<i>S</i>	<i>I</i>	<i>EC</i>	<i>E</i>	<i>PR</i>	<i>CV</i>	<i>F</i>	<i>TL</i>
ER	M	89	Solteira	sem	Padaria	só	Não	40 anos
HG	M	86	Viúva	3ª	Comércio	só	3	50 anos
AL	M	91	Solteira	sem	Pastelaria	só	1	60 anos
IV	M	79	Solteira	4ª	Funcion. UC	só	Não	79 anos
JF	H	69	Divorciado	liceu	Cozinheiro	só	2	4 anos
MO	M	88	Casada	6º	Costureira	marido	Não	40 anos
MA	M	79	Viúva	4ª	Pastelaria	só	1	52 anos
MAL	M	88	Viúva	Liceu	Café	só	1	60 anos
MM	M	92	Viúva	4ª	Costureira	só	2 falec.	92 anos
MH	M	89	Viúva	4ª	Fábrica	filho	4	46 anos
MI	M	74	Casada	4ª	Aux. Educ.	marido	Não	60 anos
ML	M	87	Viúva	3ª	Fábrica	só	1	60 anos

P: Participante; S: Sexo; I: Idade; EC: Estado Civil; E: Escolaridade; PR: Profissão; CV: Como Vive; F: Filhos; TL: Tempo na Localidade.

Tabela 2 – Perfil dos/as participantes moradores na “Alta”.

Em relação aos participantes do “Botão”, das 10 pessoas entrevistadas, três vivem sós. Apenas um participante nunca teve filhos, sendo que a média dos demais é de quase três filhos. A média do tempo de residência naquele território é de 64,8 anos, sendo que grande parte nasceu nesta localidade ou nas proximidades. Das 10 pessoas entrevistadas deste território, oito são viúvas (cinco mulheres e três homens); um homem é solteiro e uma mulher é casada. Duas pessoas – um homem e uma mulher – não possuem qualquer escolaridade. Dos demais, duas mulheres e um homem cursaram a 3ª classe e três mulheres e dois homens, a 4ª. Grande parte desenvolveu suas atividades na agricultura, sendo que duas mulheres eram donas de casa. Semelhante à tabela anterior, a Tabela 3 apresenta o perfil dos/as participantes residentes no “Botão”:

<i>P</i>	<i>S</i>	<i>I</i>	<i>EC</i>	<i>E</i>	<i>PR</i>	<i>CV</i>	<i>F</i>	<i>TL</i>
JS	H	85	Viúvo	Sem	Agricultor	só	1	85 anos
JQ	H	79	Solteiro	4ª	Agricultor	sobrinho e cunhado	Não	79 anos
ES	M	85	Viúva	4ª	Dona Casa	filha, neto e genro	1	30 anos
BE	M	82	Viúva	sem	Agricultora	só	2	70 anos
OD	M	86	Viúva	4ª	Agricultora	só	2	86 anos
MI	M	76	Casada	3ª	Verdureira	marido, filhas e genros	2	50 anos
MN	H	82	Viúvo	4ª	Agricultor	filha, genro e 4 netos	7	50 anos
CA	M	93	Viúva	4ª	Dona Casa	genro	4	70 anos
MC	M	83	Viúva	3ª	Agricultora	filha, genro e neto	3	40 anos
LN	H	86	Viúvo	3ª	Agricultor	filhas, genros e 2 netos	2	86 anos

P: Participante; S: Sexo; I: Idade; EC: Estado Civil; E: Escolaridade; PR: Profissão; CV: Como Vive; F: Filhos; TL: Tempo na Localidade.

Tabela 3 – Perfil dos/as participantes moradores no “Botão”.

As narrativas dos/as participantes dão conta da importância dos três eixos escolhidos como condutores da pesquisa – acessibilidades, mobilidades e sociabilidades – para uma melhor qualidade de vida na velhice.

Nos quesitos acessibilidades e mobilidades, por exemplo, os relatos de quedas são frequentes, principalmente em se tratando dos/as moradores da “Alta”, refletindo sobre a mobilidade destas pessoas:

“Esta rua aqui é péssima! Cai, mas é facilmente!” (HG, mulher, 86 anos, viúva, “Alta” – vive só).

“Mas já dei duas quedas. Grandes. Na rua.” (AL, mulher, 91 anos, solteira, “Alta” – vive só).

“Esta rua, eu não sou capaz de a descer nem de a subir. Já são três vezes que eu caio aí nesta rua.” (ER, mulher, 89 anos, solteira, “Alta” – vive só).

“Cai, sim. Em casa. Em casa. Foi lá no pátio, um patiozito. Estava muito vento. Estava uma porta aberta – aberta [engana-se] – estava fechada, mas eu abri-a, e fui pra fechar novamente, veio uma data de vento e... Bum! Bum! Empurrou-me pra trás, bateu-me aqui, assim, andei de roda. Parecia um pião! Andei de roda, pronto! Cai no chão!” (JQ, homem, 79 anos, solteiro, “Botão” – vive com um cunhado e um sobrinho).

O uso de transportes públicos ainda é relativamente frequente. Entretanto, muitos preferem dispor de serviços de táxi ou, quando possível, de transportes de algum familiar:

“Quando preciso ir ao hospital, eu vou ao hospital. Eu vou no autocarro. Olha, tem o 6 [autocarro] que entra mesmo dentro do hospital. Pega-se ali, ao fundo do Elevador [referindo-se ao Elevador do Mercado, um transporte do tipo funicular que faz ligação entre a “Alta” e a “Baixa” de Coimbra].” (AL, mulher, 91 anos, solteira, “Alta” – vive só).

“O que é que eu queria dizer... cá pro centro [Centro de Dia], venho com a carrinha [transporte do próprio Centro]. E quando é preciso qualquer coisa, tem esta, que vem [referindo-se à filha].” (BE, mulher, 82 anos, viúva, “Botão” – vive só).

“Aqui... há autocarro mas o autocarro fica longe e eu não posso subir pro autocarro. Não tenho força nas pernas. O meu pior é as pernas.” (ER, mulher, 89 anos, solteira, “Alta” – vive só).

“Quando necessito dos serviços de saúde, vou a Coimbra de carro, com meus genros. Antes ia a Coimbra de autocarro, mas agora vou com meus genros.” (LN, 86 anos, viúvo, “Botão” – vive com as duas filhas, os dois genros e mais dois netos).

“Antes de vir pra cá [refere-se ao Centro de Dia], andava de autocarro. Agora, quando preciso ir a Coimbra, vou no carro do meu genro.” (MI, mulher, 76 anos, casada, “Botão” – vive com o marido, as duas filhas e os dois genros).

“O autocarro eu já não uso. Não. As filhas têm carro e eu já não sei andar sozinha.” (MI, mulher, 76 anos, “Botão” – vive com o marido, as duas filhas e os dois genros).

O uso de apoios como bengalas ou muletas também é frequente, embora alguns/algumas ainda resistam a este artifício:

“Uso bengala. Vou apoiando. Apoia-me muito, porque parece que eu tenho uma perna mais... Mais curta do que a outra [ri-se]. Ai, meu Deus, o que a gente tem... Ao que a gente chega!” (BE, mulher, 82 anos, viúva, “Botão” – vive só).

“Não [uso bengala]. Já falaram nisso, mas eu não quero me habituar. Vou, equilíbrio-me, vou por aí fora, a loja [onde a filha trabalha] é perto. Encosto-me assim, no lado de cá, à parede, depois ponho a mão, se houver alguma coisa... porque eu, às vezes, ainda...[dá a entender que se desequilibra]” (CA, mulher, 93 anos, viúva, Botão – vive com o genro).

Normalmente a família e os vizinhos são o núcleo maior de sociabilidade. Mesmo as pessoas que frequentam Centro de Dia têm na família – ou nos amigos de infância e juventude – a referência de sociabilidade. Quando esta referência é perdida – morte ou afastamento de familiares – recorrem ao passado através das lembranças:

“Ah, perto da minha casa, os vizinhos já eram antigos, então conhecem-se todos. Uma morreu. E as outras, pra cima, também morreram. Estão lá uns novitos. Também falo com os novos. Tem um rapaz lá, vai pra lá fazer o serviço, ajudar o meu homem a fazer o serviço” (MI, mulher, 76 anos, casada, Botão – vive com o marido, as duas filhas e os dois genros).

“Ah, tinha amigos, em Sesimbra, principalmente, a trabalhar na hotelaria, no restaurante... E hoje já não tenho estes amigos, muitos já morreram... e sofri grande desgosto por isso. Mais do que se fossem da minha família” (JF, homem, 69 anos, divorciado, “Alta” – vive só).

O território onde vivem é geralmente seu lugar de referência. As transformações sofridas pelo território ao longo dos anos, entretanto, podem provocar estranhamento e perda destes referenciais:

“Agora já não. Botaram esse hospital abaixo pra fazer a Engenharia [refere-se à faculdade de Engenharia].” (ER, mulher, 89 anos, solteira, “Alta” – vive só).

“Mas eles [a filha e o genro] queriam que eu fosse pra lá, pra casa, porque a casa é muito grande. Mas eu estou aqui já quase há 50 anos que eu aqui moro. Ainda não tinha sido o 25 de abril e eu já cá estava. Aqui.” (ML, 87 anos, viúva, “Alta” – vive só).

“Ui, isso é um bocado difícil, também, aqui [questionado sobre os lugares onde gosta de estar]. Não há, assim, verdadeiramente, um sítio que a gente... [Se sintam bem? – questiono] Sim.” (JF, homem, 69 anos, divorciado, “Alta” – vive só).

5. Considerações sumárias

Ao fim deste trabalho, algumas considerações podem ser tecidas. Tomando os três eixos escolhidos como foco para as observações, análises e reflexões, acessibilidades, mobilidades e sociabilidades, podemos constatar que os mesmos são fundamentais na qualidade de vida das pessoas idosas, sendo interdependentes entre si. Por outras palavras, as acessibilidades e as mobilidades podem interferir positiva ou negativamente nas possibilidades de sociabilidades dos sujeitos, em especial dos sujeitos idosos. Em contrapartida, redes de sociabilidades bem estruturadas podem compensar as dificuldades de acessibilidade existentes em determinados territórios e apoiar na mobilidade das pessoas idosas.

A falta de acessibilidade dos territórios afeta diretamente a mobilidade dos sujeitos, afetando, também, sua relação com o próprio território que, dessa forma, se torna hostil, vulnerabilizando à exclusão e ao isolamento. Da mesma forma, redes de sociabilidade frágeis, sem o comprometimento e a responsabilidade mútuo/a, acabam por tornar a velhice uma experiência amarga e solitária, onde não há quaisquer expectativa ou esperança no futuro – mesmo em um futuro próximo – e onde o passado se constitui em um refúgio para onde as pessoas velhas tendem a fugir.

Os territórios, especialmente os territórios locais – a casa, a rua, o bairro, a cidade – são essenciais na construção de velhices seguras e felizes. A família, a vizinhança e a comunidade como um todo, incluindo a sociedade civil, as coletividades e os governos locais (juntas de freguesia, câmaras municipais, organizações não governamentais) devem trabalhar em conjunto, no sentido da construção de relações e de redes de sociabilidade, de afeto e de cuidado intergeracional. Dessa forma, os territórios poderão ser física, social e humanamente acessíveis para todos/as.

Referências

- Debert, G. G. (1997). A invenção da terceira idade e rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, SP, v. 12, n. 34, 39-56.
- Debert, G. G. (1999). “A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade”. In: Neri, A. L.; Debert, G. G. (Orgs.). *Velhice e Sociedade* (pp. 41-68). Campinas, SP: Papyrus,.
- Debert, G.G. (2004). *A reinvenção da velhice*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo – Fapesp.
- Featherstone, M.; Hepworth, M. (1990). “Aging and Old Age: Reflections on the Post-Modern Life-Course”. In: Bytheway, B.; Keil, T.; Allat, P.; Bryman, A. (orgs.). *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later Life* (pp. 143-157). Londres: Sage.
- Felipe, T.W.S.S.; Sousa, S.M.N. (2014). A construção da categoria velhice e seus significados. *PRACS – Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, AP, v. 7, n. 2, jul-dez/2014, 19-33. Recuperado em 23 de Agosto, 2016, de <http://periódicos.unifap.br/index.php/pracs>.
- Fernandes, A.A. (1997). *Velhice e sociedade: demografia, família e políticas sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Freitas Silva, L. R. (2008). Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, RJ, v. 15, nº 1, jan.-mar., 155-168.
- Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: LTC.
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. São Paulo, SP: Bertrand Brasil.
- Koga, D. (2003). *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo, SP: Cortez.

- Paúl, C. (2005). “A construção de um modelo de envelhecimento humano”. In: Paúl, C.; Fonseca, A. (Coords.), *Envelhecer em Portugal* (pp. 21-41). Lisboa: Climepsi.
- Lobo, M. da C.; Simões Júnior, J.G. (2012). “Introdução”. In: Lobo, M. da C.; Simões Júnior, J.G. (Orgs.). *Urbanismo de colina – Uma tradição luso-brasileira* (pp. 15-43). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Nunes, M. (1998). *Alta de Coimbra e as cidades património mundial*. Coimbra: GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro.
- Peixoto, C.E. (2007). “Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, terceira idade...” In: Lins de Barros, M. (Org.). *Velhice ou Terceira Idade? – Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política* (69-84). Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 4ª edição.
- Rosmaninho, N. (2006). *O poder da Arte – O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra.
- Saquet, M.A. (2009). “Por uma abordagem territorial”. In: Saquet, M.A.; Sposito, E.S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos* (pp.73-94). São Paulo, SP: Editora Expressão Popular.
- Silva, M.C. (2012). *Sócio-antropologia rural e urbana – Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Simões, J.A. (2007). «“A maior categoria do país”: O aposentado como ator político». In: Barros, M.M.L de. (org.). *Velhice ou Terceira Idade? – Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política* (pp. 13-34). Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 4ª edição.
- Souza, M.L. (2009). «“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental». In: Saquet, M.A.; Sposito, E.S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos* (pp. 57-72). São Paulo, SP: Editora Expressão Popular.

¹ Investigação intitulada “Velhices e Territórios: Um Estudo Interdisciplinar no Concelho de Coimbra, Portugal”, em desenvolvimento pela primeira autora, sob a orientação do coautor e das demais coautoras desta comunicação, com apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil. Os territórios estudados são a “Alta” e a “Solum” (urbanos) e o “Botão” e o “Casal do Lobo” (rurais).

² Peixoto (2007, p. 76) analisa que o termo “terceira idade” surgiu como designação de uma velhice ativa e “jovial”, integrada aos padrões de uma contemporaneidade urbana, para qual a atividade, a independência, a autogestão e a própria juventude constituem-se como valores morais e comportamentais necessários a uma velhice “bem sucedida”.

³ O “Botão” pode ser caracterizado como um território *periurbano*. Esta, segundo Silva (2012, p. 25), é uma das tipologias do espaço rural, podendo ser definido como um espaço que tem sua produção agrícola ameaçada pela urbanização e pela especulação fundiária.

⁴ A Universidade de Coimbra teve início em Lisboa, em 1290, tendo sido fundada pelo Rei Dom Dinis. Entre a data de sua fundação e o ano de 1537, quando fixou-se definitivamente em Coimbra, a Universidade sofreu sucessivas transferências entre Lisboa e Coimbra (Nunes, 1998; Rosmaninho, 2006).

⁵ Em 22 de Junho de 2013, a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – distinguiu a “Alta”, a Universidade de Coimbra e a Rua da Sofia como Patrimónios da Humanidade.

⁶ Fonte: União das Freguesias de Souselas e Botão – www.ufsouselasbotao.pt.